

Autonomia em Política Externa Brasileira: o governo Geisel e o reconhecimento de Angola (1975)

Autonomy in Brazilian Foreign Policy: the Geisel government and the recognition of Angola (1975)

Felipe Gonçalves da Fonsêca

Centro Universitário de Brasília, Brasília – DF, Brasil (felipedking@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0007-5347-8904>

Luciano da Rosa Muñoz

Universidade de Brasília e Centro Universitário de Brasília, Brasília – DF, Brasil (lmunoz1984@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-6685-9385>

Resumo

Este artigo avaliará o reconhecimento de Angola pelo Brasil como símbolo de pragmatismo. A partir do binômio interno-externo, a política externa de Ernesto Geisel (1974-1979) será evidenciada por flexibilizar sua ideologia anticomunista, o que nos provocou a seguinte pergunta: *como a redução da ideologia na política externa pode beneficiar o interesse nacional?* Demonstraremos com literatura especializada e discursos de atores-chave que redução ideológica possibilitou que o Brasil acessasse petróleo angolano.

Abstract

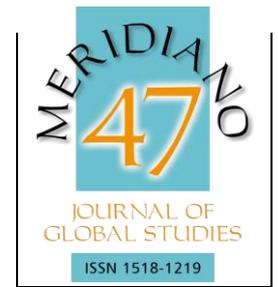
This article will evaluate Brazil's recognition of Angola as a symbol of pragmatism. Through the internal-external dichotomy, the foreign policy of Ernesto Geisel (1974-1979) will be highlighted by flexibilizing its anti-communist ideology, prompting the following question: how can the reduction of ideology in foreign policy benefit national interest? We will demonstrate with specialized literature and speeches from key actors that ideological reduction enabled Brazil to access Angolan oil.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Relações Brasil-Angola; Pragmatismo; Realismo.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Brazil-Angola Relations; Pragmatism; Realism.

Submetido em 02/12/2023

Aceito em 27/12/2023



Introdução

A ideologia tem sido parte da política externa brasileira em graus variados. Isso, por vezes, prejudicou o interesse nacional sobretudo quando em situação de alinhamento acrítico à potência hegemônica hemisférica, os Estados Unidos. A contraposição desses interesses hegemônicos ao interesse brasileiro de ter mais margem de manobra externa influenciou revisão do paradigma americanista, em que há alinhamento automático (Mariano 2015; Moura 1990).

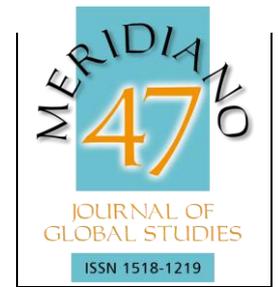
Em outros períodos, notadamente nos governos Quadros-Goulart (1961-1964) e Geisel (1974-1979), buscou-se elaborar a política externa de forma autônoma: os benefícios potenciais ao Brasil passaram a ser considerados em detrimento do interesse do *hegemon* (Vizentini 1999, 136; Mariano 2015, 39-43; Fonseca Jr., 1996, 300). A política externa de Quadros-Goulart foi tentativa de organizar atuação nesse sentido, a qual, contudo, foi interrompida pelo golpe militar de 1964. Nova tentativa notória de inserir o Brasil de forma autônoma nas relações internacionais surgiu na gestão Geisel (Ligiéro 2011, 195; Vizentini 1994, 110; Lessa 1998a, 33-34). Nela, o anticomunismo era estruturante da ditadura: no entanto, dada a necessidade de contornar a dificuldade energética imposta pelas crises do petróleo da década de 1970, houve processo de flexibilização ideológica por ocasião do reconhecimento da independência de Angola.

Esse evento influenciou a pergunta com a qual este artigo pretende se guiar: *como a redução da ideologia na política externa pode beneficiar o interesse nacional?* A análise do artigo considerará sobretudo produção acadêmica, livros especializados e discursos de atores-chave no processo decisório.

A primeira seção apresentará o marco teórico selecionado para a elaboração do artigo: o Realismo Neoclássico de Gideon Rose e o pensamento autonomista de Helio Jaguaribe. As ideias desses dois autores ajudarão a entender a autonomia relacionada mais à conjuntura interno-externa do que à vontade *per se* dos atores responsáveis por política externa (Rose 1998; Jaguaribe 1979). Na segunda seção, indicaremos a Política Externa Independente como marco fundador do pragmatismo brasileiro, ilustrando-o com o exemplo da participação do Brasil na Conferência de Punta del Este em 1962 (Vizentini 1999; Mariano 2015). Em segundo momento, analisaremos as circunstâncias doméstica de distensão política (Kinzo 2001; Figueiredo e Cheibub 1982) e internacional de *détente* em que o governo Geisel (1974-1979) se inseria bem como destacaremos o caráter autonomista de sua atuação externa (Saraiva 2008, 233-249).

Por seu turno, a terceira seção será a parte mais relevante do artigo, onde buscaremos responder ao problema de pesquisa. Primeiro, descreveremos o início da política africanista na década de 1960 para, depois, indicar a aproximação Brasil-Angola no governo Geisel como continuidade do que teve início no decênio anterior (Saraiva 1996, 62). Ademais, mostraremos as realidades interna e externa de Angola para, por sua vez, apresentar o processo decisório brasileiro para reconhecer o país africano bem como os seus interesses subjacentes.

Destacaremos que a redução da ideologia na política externa foi medida estratégica para garantir o interesse nacional do governo Geisel, naquele momento definido como a necessidade de



melhor administrar os desafios energéticos postos pela crise internacional do petróleo. O Estado angolano estava sob gestão marxista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e era apoiado por União Soviética e Cuba, adversários notórios do regime autoritário brasileiro. Internamente, o Brasil era ideologicamente anticomunista, posição que legitimava o regime ditatorial. Externamente, atuou de maneira pragmática: flexibilizou essa ideologia para conseguir acesso a petróleo, insumo disponível em Angola (Silva 2007, 97-100; Goes 2017, 10-11; Rizzi 2005, 42-45).

Política externa: contribuições de Gideon Rose e Helio Jaguaribe

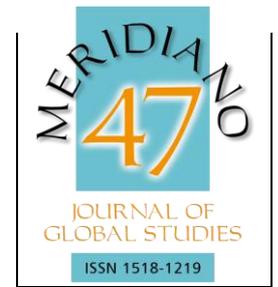
O campo de Relações Internacionais considera o Realismo como parâmetro teórico relevante para analisar a realidade sobretudo em matéria de política externa. Trata-se de escola de pensamento que pressupõe haver anarquia internacional¹, o que implica que os Estados se comportem com vistas a maximizar apenas seus próprios interesses para sobreviver. Entre as abordagens realistas distintas, o Neorealismo de Kenneth Waltz foi a mais bem aceita até a década de 1990: baseia-se em critério estrutural para analisar a política internacional e entende os Estados como unidades internamente homogêneas, cujo comportamento externo é determinado tão somente por pressões sistêmicas (Waltz 1979, 105).

Sua desconsideração do nível doméstico na análise internacional influenciou a criação de nova abordagem realista das relações internacionais: o Realismo Neoclássico. Seu autor fundador foi Gideon Rose por meio do texto *Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy*, publicado em 1998 na revista acadêmica *World Politics*. Negligenciada por Waltz, a política externa é assunto sobre o qual a nova abordagem pretende teorizar. Rose (1998, 146-147) apresenta o novo realismo como quarta escola de política externa.

Antes, contextualiza sua concepção por meio de contraste com premissas de escolas anteriores. A primeira escola compreende as teorias de *Innenpolitik* (“política doméstica” em alemão), segundo as quais variáveis domésticas, chamadas intervenientes — economia, política, cultura —, bastariam para analisar política externa; a segunda e a terceira, respectivamente, referem-se aos realismos ofensivo de John Mearsheimer e defensivo de Kenneth Waltz, os quais assumem relação entre característica do sistema internacional e política externa: no caso do primeiro, o sistema seria instável e, por isso, qualquer política externa teria natureza agressiva, ao passo que, no caso do segundo, o sistema teria algum nível de estabilidade e, por isso, haveria política externa agressiva apenas quando em reação a ameaça externa. A ênfase em variáveis intervenientes no caso das teorias de *Innenpolitik* e em sistêmicas no caso dos dois realismos estruturais faz essas abordagens serem limitadas do ponto de vista de análise de política externa (Rose 1998, 147-151).

O Realismo Neoclássico resolve o simplismo dessas propostas. Sugere tanto as variáveis intervenientes quanto as sistêmicas como centrais à análise de política externa. Trata-se de entendimento em acordo com o que propõe Oliveira (2005, 10-11), para quem fatores endógenos e

¹ Conforme Waltz (1979, p.112), anarquia internacional deve ser entendida como ausência de governo global.



exógenos igualmente devem ser considerados em análise de política externa. Notamos, assim, convergência com a premissa neoclássica de que o binômio interno-externo é maneira mais adequada de analisar como o Estado se insere internacionalmente. A política externa deve ser entendida como resultado da interpretação — geralmente imprecisa — de estresses sistêmicos pela elite dirigente, a qual, por meio de processo decisório, decide como atuar externamente (Rose 1998, 151-159).

Por sua vez, a literatura brasileira de Helio Jaguaribe também ajuda a teorizar sobre política externa. O sociólogo carioca deve ser compreendido no contexto político da década de 1950, momento de concerto nacional-desenvolvimentista. Desenvolveu bibliografia autoral vasta por meio da qual buscou problematizar o subdesenvolvimento brasileiro e indicar formas de superá-lo. Ateremo-nos à sua obra *Autonomía periférica y hegemonía céntrica* de 1979. Nela, indica duas pré-condições para países dependentes de centrais alcançarem autonomia externa: (1) viabilidade nacional e (2) permissividade internacional. A primeira refere-se à disponibilidade de recurso humano e natural à altura do padrão qualitativo internacional; a segunda, à capacidade de contornar riscos impostos por outros países, o que é possível por meio de desenvolvimento econômico-militar ou de aliança internacional para citar apenas dois exemplos (Jaguaribe 1979, 97).

As observações de Rose somadas às de Jaguaribe ajudam a compreender o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Explicada de forma mais cuidadosa na seção posterior, a atuação externa dessa gestão foi exemplo notável de projeção autonomista do Brasil (Granato 2014; Saraiva 2008). A dinâmica interno-externo pode ser avaliada à luz das premissas teóricas dos dois autores. Primeiro, cabe identificar as variáveis sistêmicas e intervenientes consideradas na elaboração da política externa. A elevação brusca, chamada de *choque* em Economia, do preço internacional do petróleo pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), resultando em crise econômica, é fato sobre o qual o Brasil não tinha controle: trata-se, portanto, de variável independente. Domesticamente, havia crise econômica em parte atribuível ao primeiro choque do petróleo: assim, a política econômica não poderia ser único instrumento para contornar a crise energética. Por isso, outra variável interveniente foi também considerada: a formulação da política externa. Ela foi utilizada sobretudo com o propósito de diversificar parcerias internacionais com vistas a ter acesso a petróleo (Julião 2010, 204).

Segundo, é possível realizar leitura semelhante a partir das observações de Jaguaribe. Em coerência com o que foi desenvolvido nesta seção, a viabilidade nacional em conjunto com a permissibilidade internacional foram condições necessárias para que a autonomia na política externa de Geisel fosse exercida. Entendemos o momento de *détente*² como fator influente na permissibilidade internacional na medida em que houve arrefecimento de tensão política e cooperação entre Estados Unidos e União Soviética, o que ampliou a margem de liberdade externa para países inseridos em sua zona de influência. Saraiva (2008, 242), por exemplo, destaca a ocorrência de autonomia significativa na América Latina nesse período, sendo, segundo ele, a brasileira a mais expressiva. Ademais, observamos o declínio relativo dos Estados Unidos causado pela ascensão econômica da Europa ocidental e Japão como elemento igualmente indicativo de permissibilidade

² A Guerra Fria é subdividida em quatro momentos: a *détente* é o terceiro momento, compreendido entre 1969 e 1979, e representou contexto de distensão máxima entre os blocos ocidental e soviético (Saraiva 2008, 233-249).



internacional brasileira naquele período, pois permitiu projetar política externa de diversificação de parcerias. Por sua vez, a viabilidade nacional é evidenciada pelo esforço da elite dirigente, notadamente do então chanceler, Azeredo da Silveira, em usar a política externa como forma de contornar a crise energética.

Dessa forma, acusamos que o binômio interno-externo é importante para entender a política externa de Ernesto Geisel. Externamente, o preço alto do petróleo era variável sistêmica independente. Apesar disso, a permissibilidade internacional foi identificada pelas elites dirigentes a partir da consideração sobretudo de dois fatores: (1) o contexto internacional de distensão política entre as grandes potências e (2) o declínio relativo do *hegemon* norte-americano. Esses elementos permissivos contribuíram para que o Brasil diversificasse suas parcerias com vistas a contornar a crise energética. Internamente, havia instabilidade econômica, consequência, em grande medida, da crise internacional: por causa disso, reduzir a administração da crise à política econômica doméstica poderia não ser a medida mais eficaz. A política externa, então, foi usada nesse sentido. Escolhê-la como forma de contornar a crise, contudo, só foi possível por haver viabilidade nacional: a elite responsável interpretou a abordagem pragmática como melhor plano de ação, o que implicou rever relação com parceiros tradicionais, diversificar parcerias e flexibilizar a ideologia de governo como apresentaremos nas seções seguintes.

Pragmatismo: da Política Externa Independente ao Pragmatismo Responsável

A autonomia verificada na política externa de alguns governos brasileiros é, por vezes, referida como pragmática. Lima e Moura (1982, 351) entendem o pragmatismo como abordagem que pressupõe a *inexistência* simultânea de (1) alinhamento automático e (2) aliado preferencial. Atuação externa com essa característica implica evitar a influência ideológica de seus formuladores, os quais, tendo em vista o interesse nacional, buscam considerar parceiros políticos e econômicos alternativos que mais bem atendam à necessidade doméstica. O Brasil teve inserção internacional autonomista notadamente nas gestões Quadros-Goulart (1961-1964) e Geisel (1974-1979), mas nem sempre foi assim. Vizontini (1999, 137-151) identifica três fases na política externa brasileira, categorizadas segundo o modo como o Brasil se projetava internacionalmente. A primeira fase foi de subordinação à hegemonia britânica, compreendida do período colonial ao início da gestão do Barão de Rio Branco em 1902. A segunda fase é caracterizada por subordinação à hegemonia norte-americana: ocorreu da gestão de Rio Branco (1902-1912) até o fim da de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A terceira fase é momento de diversificação de parcerias externas, portanto de pragmatismo, e onde se insere nosso objeto de análise: a gestão Geisel (1974-1979).

Esse terceiro momento na política externa teve início com a inserção internacional do governo Quadros-Goulart (1961-1964), chamada de Política Externa Independente (Vizontini 1999, 136). A posição brasileira em relação à situação de Cuba no sistema interamericano é exemplo de não alinhamento externo, primado do pragmatismo. O país proclamou vínculo ao marxismo-leninismo em 1961, o que o oficializou como espaço soviético na zona de influência norte-americana (Franchini Neto

2005, 10). Posteriormente à declaração de Fidel Castro, pedido de reunião previsto no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi solicitado para discutir, entre outros assuntos, a ameaça à paz interamericana. Uma vez deferido, houve início de preparação para a VIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores, prevista para ocorrer em janeiro de 1962 em Punta Del Este, Uruguai. A conferência reuniu dois tipos de posicionamento: uma majoritária liderada pelos Estados Unidos, os quais acusavam Cuba de financiar movimentos guerrilheiros latino-americanos e, por isso, seria violador do princípio interamericano de não intervenção na política interna de soberanias estrangeiras; outra minoritária liderada por Brasil e México, a qual sugeria tratamento mais brando ao país caribenho. A política externa brasileira era formulada por San Tiago Dantas, então chanceler. Propôs a “finlandização”³ de Cuba por meio de assinatura de acordo com compromissos que restringissem a atuação do país de modo que o tornasse neutro. Enquanto isso, projeto para suspensão de Cuba da OEA estava sendo elaborado pelos países desejosos de punição mais rígida e, mais tarde, foi aprovado pela maioria. O Brasil absteve-se, argumentando ser medida contraproducente, por um lado, pois fortaleceria o vínculo do país caribenho com a União Soviética e ilegal, por outro, pois inexistia previsão de suspensão no texto do TIAR (Franchini Neto 2005, p. 13-15). O discurso brasileiro foi proferido por San Tiago Dantas conforme reproduzimos parcialmente a seguir:

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico, e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do Governo do Brasil. Fórmulas evasivas, insinceras, que pedem o que previamente já se sabe que terá de ser desatendido ou recusado, também não contam com a nossa simpatia.

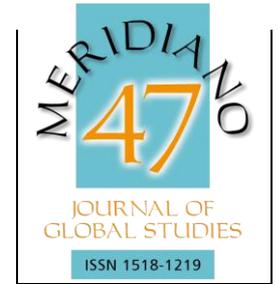
[...] É pela via da ação diplomática que os Estados americanos poderão alcançar os meios eficazes de preservar a integridade do sistema democrático regional (...)

[...] Não é menor a soberania dos Estados americanos do que a de quaisquer outros Estados. (Ministério da Relações Exteriores 1962, 32-33)

A decisão de abster-se é ilustrativa da Política Externa Independente como novo paradigma. Até então, o Brasil buscava modular sua inserção internacional aos interesses norte-americanos. Essa linha de atuação é descontinuada apenas na gestão Quadros-Goulart (1961-1964), o que é evidenciado na Conferência de Punta del Este quando da resistência à pressão norte-americana por voto favorável à exclusão de Cuba da OEA. Representa transição do paradigma americanista para o universalista: o primeiro caracterizado por alinhamento à política externa norte-americana e o segundo, por posição autônoma (Mariano 2015, 39-43).

Em 1964, o governo de João Goulart foi interrompido. Militares tomaram o poder, o que significou fim da Política Externa Independente. Com exceção do governo de Castelo Branco (Vizentini

³ O neologismo refere-se à neutralidade tradicional da política externa finlandesa, seja nas guerras mundiais, seja no contexto pós-Guerra Fria. Para saber mais, consultar Tornudd 2005.

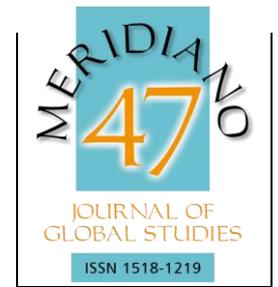


1998, 37; Lessa 1997, 76), o período ditatorial manteve política externa autonomista (Fonseca Jr. 1996, 300), o que se deu de maneira expressiva na gestão Geisel (Ligiéro 2011, 195; Vizontini 1994, 110; Lessa 1998a, 33-34). Denominada Pragmatismo Responsável e Ecumênico, a projeção internacional do período foi autônoma sobretudo por causa de otimismo progressivo desenvolvido ao longo de gestões anteriores. Spektor (2004, 196-204) apresenta que o Produto Interno Bruto brasileiro aumentara gradativamente entre as décadas de 1960 e início da de 1970, o que redundou em duas implicações práticas. Primeiro, no plano interno, a autoimagem brasileira era positiva. Havia desejo de ser mais ambicioso, o que era verificado em motes como o do governo Médici (1969-1974): “Brasil potência, ninguém para este país”. Segundo, no plano externo, o sucesso econômico fazia o Brasil ser visto como potência emergente. A ascensão internacional era reconhecida e respeitada internacionalmente, pois, entre outras razões, pretendia-se pacífica e não intervencionista, duas características que sinalizavam ausência de ameaça aos interesses hegemônicos. O engajamento internacional até então, contudo, era meramente retórico e “não levou a uma revisão sistemática da política externa” (Spektor 2004, 204). Isso ocorrerá apenas na gestão Geisel, cuja inserção internacional, conforme descrevemos na primeira seção, deve ser compreendida a partir do binômio interno-externo.

No plano interno, Geisel iniciou liberalização política. Conforme Figueiredo e Cheibub (1982, 32-33), alguns a compreendem como maneira de reduzir a resistência de grupos sociais e, assim, priorizar a agenda econômica. Parece-nos razoável dado que sobre a economia brasileira recaíam os efeitos da crise internacional do petróleo. Hermann (2005, 75-78) apresenta que o “milagre econômico” vinculou o desempenho doméstico ao internacional, pois enfatizou o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo, as quais, para serem bem-sucedidas, precisavam importar bem de capital e petróleo. O consumo aparente do segundo aumentou de 59% para 81% entre 1967 e 1973. Além disso, o alto índice de importação necessário à garantia do sucesso do setor industrial implicava quantidade importada superior à exportada e, portanto, desequilíbrio da conta corrente da Balança de Pagamentos⁴, o que poderia ser normalizado via atração de investimentos internacionais. Havia, assim, vulnerabilidade causada pelos seguintes fatores de dependência externa: (1) desempenho industrial associado ao preço internacional de bens importados e (2) equilíbrio da conta corrente dimensionado pela atração de investimentos estrangeiros.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi medida para reduzir a dependência externa. Direcionou investimento público-privado para mitigar a instabilidade energética, buscando sobretudo dois efeitos: (1) em curto prazo, aumentar o endividamento público para financiar setores estratégicos da economia como o energético para que, (2) no longo prazo, uma vez desenvolvidos, esses setores beneficiados pelo financiamento ampliassem a quantidade de bens de capital e petróleo, o que reduziria a dependência (Hermann 2005, 80-87). Assim, argumentamos que a política econômica foi concebida para resolver vulnerabilidades da economia brasileira no longo prazo e, portanto, não

⁴ Nome dado à conta que registra todas as transações econômicas de residentes e não residentes realizadas por um país com o resto do mundo. Reúne lançamentos distintos: interessa-nos a conta corrente. Trata-se de conta onde se insere, entre outros lançamentos, a balança comercial, representada pela diferença entre exportação e importação do país (PAULANI; BRAGA, 2007, 132-142).



priorizou solucionar os estresses econômicos de maneira imediata. Por causa disso, observamos que a política externa foi usada nesse sentido sobretudo para encontrar maneiras de mitigar os desafios de ordem energética, ocasionados pela crise internacional.

No plano externo, a derrota árabe para Israel na guerra de Yom Kippur (1973) desencadeou crise. O apoio de países ocidentais, sobretudo Estados Unidos, ao contendor israelense desagradou os países derrotados, os quais, ao menos a maioria, integravam a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em retaliação, o cartel reduziu abruptamente a produção, o que é chamado de choque (Britannica, 2020). A oferta baixa fez o preço internacional do insumo aumentar, representando desafio econômico tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento. A política monetária dos Estados Unidos representou outro fator estressor da economia internacional. A oferta do insumo havia sido reduzida; sua demanda, no entanto, continuava alta. Assim, o país norte-americano aumentou sua taxa de juros, estratégia para reduzir o crédito de seus agentes econômicos e, ademais, fazê-los demandarem menos sobretudo para conter a pressão inflacionária resultante do excesso de demanda. Isso, no entanto, aumentou a dívida externa de alguns países como o Brasil, pois parte dela fora contraída a juros flutuantes. Já que o dólar indexa os contratos internacionais, a nova taxa de juros implicou aumento da dívida e agravou a crise econômica brasileira (Hermann 2005, 77-78).

A política externa de Geisel ajudou a administrar a crise energética por meio de três eixos: (1) diversificação de parceiras, (2) revisão da cordialidade com a Argentina e (3) flexibilização da ideologia anticomunista. No plano da diversificação de parcerias, o Brasil aproximou-se da Alemanha em matéria nuclear diante da proibição de empresas norte-americanas venderem urânio enriquecido, medida relacionada ao regime de não proliferação (Lessa 1998b, 77; Brandão 2008). Ainda, o Brasil votou favoravelmente à resolução da ONU⁵ que equiparava sionismo e racismo, implicando aproximação de países árabes (Santos e Uziel 2015; Vizentini 1998). Realizadas à revelia dos Estados Unidos, as duas medidas representaram autonomia brasileira na busca de acesso a petróleo, pois priorizaram o interesse nacional de reduzir os efeitos da crise energética em detrimento de atender os interesses do *hegemon* (Caraciki 2013, 76-80; Mendonça e Miyamoto 2011, 19-22).

Por sua vez, o Brasil revisou a cordialidade com a Argentina buscando aproveitar o potencial energético do rio Paraná na região das Sete Quedas para construir Itaipu. O desejo de construir a hidrelétrica foi rechaçado sobretudo pelo governo argentino sob argumento de que sua realização reduziria a capacidade de exploração energética de outros países mais a jusante: negociou, assim, em consulta ao Brasil e outros⁶ o uso equitativo dos recursos do Prata. No âmbito do Tratado da Bacia do Prata (1969), decidiu que obras, mesmo que circunscritas ao território nacional, fossem condicionadas à consulta de todos os países da região (Ferres 2012, 662-664). Mais tarde, Brasil e Argentina, entre

⁵ Resolução 3379 (XXX) da Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁶ Outros países que participaram do diálogo além de Argentina e Brasil: Bolívia, Paraguai e Uruguai (Ferres 2012, 662).

outros, assinaram acordo⁷ que restringia a condicionante apenas a rios contíguos⁸: o rio Paraná foi apresentado como rio sucessivo e, por isso, explorá-lo não obrigaria consulta prévia. Mais tarde, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu (1973). Entendemos ser mérito do Pragmatismo Responsável dar seguimento ao projeto hidrelétrico iniciado na gestão Médici mesmo sob o custo de estressar relações com a Argentina (Doratioto 2014, 135-148; Spektor 2002, 129).

Observamos, portanto, que a gestão Geisel (1974-1979) reúne características de política externa que Lima e Moura (1982, 351) apresentam como pragmática: ausência de alinhamento automático e de aliado preferencial. A tensão na relação com os Estados Unidos e Argentina sinalizou prioridade dos interesses nacionais. A política externa para a África, ademais, figurou como símbolo de autonomia externa: o Brasil reconheceu a independência da República Popular de Angola sob governo marxista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Euforia africanista: da aproximação com a África ao reconhecimento de Angola (1975)

O reconhecimento de Angola em 1975 deve ser compreendido como resultado de processo de aproximação do Brasil com o continente africano iniciado no contexto da Política Externa Independente. Jânio Quadros incluía premissas antirracistas em seus discursos bem como acusava o desenvolvimento econômico e a necessidade de industrialização como causas importantes para os países africanos assim como para o Brasil, razão por que deveria haver aproximação estratégica com o continente: tratou-se do primeiro presidente brasileiro a buscar estreitar relação com a África (Saraiva 1996, 62).

O governo Quadros promoveu reforma institucional em favor da aproximação africano-brasileira. Três medidas foram adotadas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores: (1) criação da Divisão de África; (2) inclusão de análise sobre assuntos africanos nos relatórios ministeriais e (3) instituição de grupo *ad hoc* para identificar possibilidade de abertura de novas missões diplomáticas e consulares em países africanos. Ademais, houve abertura de embaixadas em Angola, Quênia, Moçambique e atual Zimbábue para citar apenas alguns exemplos (Saraiva 1996, 64): nas palavras de José Sombra Saraiva, o período representou “euforia africanista”.

A Política Externa Independente também precisou considerar melhor maneira de direcionar posição sobre o principal Estado objeto de nossa análise: a República Popular de Angola. Tratava-se de incoerência discursiva da gestão Quadros-Goulart (1961-1964): o Brasil pretendia-se aliado dos interesses africanos enquanto não denunciava a política colonialista para a África desenvolvida por Portugal, parceiro tradicional. Angola era a colônia mais rica de Portugal: tinha economia voltada para agricultura e exploração de minério. A relação metrópole-colônia, todavia, passou a ser rejeitada por intelectuais angolanos na década de 1950, contexto em que militantes como Agostinho Neto iniciaram movimento anticolonialista de luta por independência. Nesse contexto, surgiu o Movimento Popular

⁷ Declaração sobre o Aproveitamento de Rios Internacionais de 1971.

⁸ Em Direito Internacional, rio contíguo descreve rio que serve de limite entre dois Estados, ao passo que rio sucessivo refere-se àquele que atravessa território de dois ou mais Estados (Cavalcanti 1980, 25).

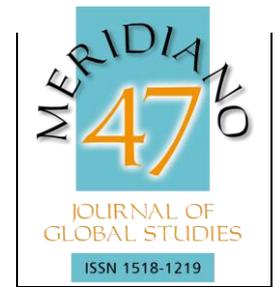
para Libertação de Angola (MPLA) em 1956, hoje partido político, mas, na época, conglomerado de pessoas com o propósito comum de terminar o colonialismo português e, por sua vez, estabelecer governo democrático (Saraiva 1996, 76-77).

O esforço anticolonial doméstico era heterogêneo. O MPLA tinha inclinação marxista; em contraposição a ele, havia a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1960: era agrupamento igualmente desejoso de independência, mas ideologicamente pró-capitalista. Mais tarde, em 1964, alguns membros da FNLA estavam insatisfeitos com a gestão do grupo, a qual consideravam autoritária e, por isso, fundaram um próprio: a União Nacional para a Liberação Total de Angola (UNITA). Três personalidades figuravam como símbolos do movimento emancipatório: Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi, os três à frente, respectivamente, do MPLA, FNLA e UNITA. Essa tensão entre angolanos e portugueses deu início à Guerra de Independência (1961-1974) (Saraiva 1996, 78; Silva 2007, 149).

A disputa em Angola acomodou a lógica da Guerra Fria. Dois países limítrofes à colônia angolana eram estratégicos: a República do Congo e a então República do Zaire, zonas de influência, respectivamente, soviética e norte-americana e serviam, portanto, como base operacional para aliados. Internamente, os grupos anticoloniais eram apoiados por agentes externos diversos: (1) o MPLA recebia armas e treinamento da União Soviética e Cuba; (2) a FNLA, armas da China e dos Estados Unidos e apoio da África do Sul; e (3) a UNITA, apoio da África do Sul. Cada ator estrangeiro tinha interesse particular no conflito. Os Estados Unidos e a União Soviética disputavam influência entre si; a China desejava o enfraquecimento soviético em benefício de sua relevância regional; e, por fim, a África do Sul tinha interesse geopolítico. A Guerra de Independência da Namíbia (1966-1990) estava em curso: os namibianos resistiam à dominação sul-africana em seu território. Grupo chamado Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO na sigla em inglês) era a principal resistência: ele era apoiado pelo MPLA, razão que aliava a África do Sul à FNLA e UNITA contra o grupo marxista (Silva 2008, 151-160; Pini 2014, 4-5).

Por sua vez, a situação de disputa em Angola colocava impasse à política africanista brasileira quanto a ser coerente com o discurso anticolonial ou manter parceiro político-econômico tradicional, Portugal. Diante disso, o Brasil adotou posição que não afetaria suas relações com nenhum contendor: por um lado, declarou-se anticolonialista; por outro, afirmava ter obrigações internacionais com Portugal (Saraiva 1996, 78-84). Havia, assim, “duas políticas africanas. (...) [A] política geral de aproximação ao continente, especialmente para a África negra atlântica (...) e [outra] de admissibilidade da continuação do colonialismo para o caso das colônias portuguesas na África” (Saraiva 1996, 88).

Ademais, a alteração na conjuntura interna de Portugal fez o Brasil abandonar essa posição dual para a África. Portugal estava sob regime do Estado Novo (1933-1974) de António Salazar (1933-1968) e Marcelo Caetano (1968-1974), líderes do regime ditatorial salazarista e promotores de política colonial. Essa gestão, no entanto, teve instabilidades causadas sobretudo por sua incapacidade de desbaratar movimentos revolucionários em colônias portuguesas. Estava em conflito com guerrilheiros de Angola, Guiné Bissau e Moçambique sem perspectiva de vitória próxima. A



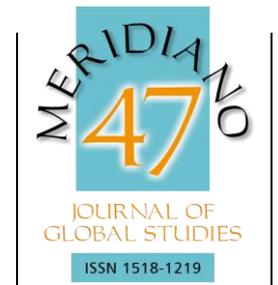
possibilidade de derrota fez que as forças armadas organizassem “um golpe (...) para salvar sua ‘dignidade’ contra um regime que as expunha a uma derrota desonrosa e à vergonha (...)” (Secco 2013, 370): esse processo que deu fim ao Estado Novo em 1974 ficou conhecido como Revolução dos Cravos (Freixo 2009, 248-252).

A transição para regime anticolonial possibilitou que o Brasil se relacionasse com a África sem prejuízo de sua relação com o país luso. Portugal renunciou ao seu domínio colonial sobre Angola por meio dos acordos de Alvor. Assinados na província de Algarve em janeiro de 1975, eles definiram que Governo de Transição fosse formado com representantes dos três grupos de independência — MPLA, FNLA e UNITA — e que, em nove meses, houvesse eleições para decidir quem presidiria Angola, cuja independência, nos termos dos acordos, deveria ocorrer em novembro de 1975. A data, contudo, representou instabilidade política para Angola. Divergência quanto ao melhor projeto de governo resultou em disputa entre os movimentos de independência, prevalecendo o MPLA: depois disso, entre os anos de 1975 e 2002, o país esteve em guerra civil (Jose 2008, 167; Silva 2013, 111). O Brasil foi o primeiro país estrangeiro a reconhecer Angola, em novembro de 1975, o que se deu por meio da seguinte nota de imprensa:

Na data estabelecida para a proclamação da independência de Angola – 11 de novembro de 1975 – o Governo brasileiro manifesta reconhecer o Governo instalado em Luanda, em observância às regras que presidem à convivência internacional. Desde a criação, em 31 de janeiro último, do governo de transição de Angola, o Governo brasileiro, com absoluta isenção e deliberação de não intervir nos assuntos internos de Angola, manteve na capital angolana uma representação especial, que será convertida em embaixada com o estabelecimento das relações diplomáticas. Na sua aspiração de fortalecer os vínculos naturais que existem entre os países, o Governo brasileiro adota a posição de respeitar escrupulosamente o processo político interno daquele país (Ministério das Relações Exteriores apud Lima e Santos 2015, 153).

O processo até o reconhecimento deu-se de forma cautelosa. Conforme Silva (2008, 129-134), dois atores, entre outros, foram importantes para a ocorrência do reconhecimento: (1) Ítalo Zappa e (2) Ovídio de Melo. Zappa era chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania no Ministério das Relações Exteriores. Defensor do discurso anticolonial brasileiro, propôs a abertura de Representação Especial em Angola, o que ocorreu após a Revolução dos Cravos: entendia essa medida como estratégia para antecipar relacionamento entre o Brasil e o país africano com independência iminente. Ovídio de Melo, por sua vez, foi o diplomata designado por Zappa para chefiar a Representação Especial em Luanda em 1974, aberta depois de aceite do Governo de Transição.

Consideramos importante analisar o processo decisório à luz da posição de atores-chave que concorreram para que ele ocorresse. Assim, ilustraremos o entendimento brasileiro a partir de falas, nessa ordem, primeiro, do então chanceler Azeredo da Silveira na Assembleia Geral das Nações Unidas pouco menos de dois meses antes do reconhecimento; segundo, de Ovídio de Melo, que, em



depoimento, relembra conselho dado a Azeredo; e, terceiro, de Ernesto Geisel, em que menciona proximidade cultural e oportunidade de acesso a petróleo como fatores que influenciaram a decisão:

Ao saudar os novos países de língua portuguesa que ingressam na Organização, desejo deixar constância da fraterna compreensão com que o Brasil acompanha o desenrolar do processo de descolonização em Angola. O Brasil se sente ligado ao futuro novo Estado africano por vínculos históricos e de sangue, que reforçam a comunidade de interesses resultante da vizinhança forjada sobre o Atlântico. *Fazemos votos para que aqueles que tão vigorosamente souberam promover a libertação de Angola superem as dificuldades da hora presente para proporcionar à nova nação as condições de estabilidade política que assegurem em definitivo sua integridade territorial e sua independência*, livre de ingerências externas de qualquer espécie. (Silveira apud Lima e Santos 2015, 149, grifo nosso).

exortava-o [o chanceler Azeredo da Silveira] a defrontá-las [as pressões internas contrárias ao reconhecimento de Angola] (...). Pois, segundo diziam os angolanos, as relações (...) com a África dependiam da atitude firme que o Brasil agora tivesse na sustentação do reconhecimento de Angola independente. Finalmente, lembrando que eu desde setembro estava com um problema de saúde e que logo após a Independência e o reconhecimento já deveria ter sido retirado de Luanda, pois não poderia ser Encarregado de Negócios no mesmo posto em que dias antes levava o título de Embaixador, disse a Silveira que se não estivesse contente com a minha atuação em Luanda, bastava -lhe enviar outro para substituir-me e dar-me ordem de regresso ao Rio ou a meu posto efetivo em Londres (Melo apud Lima e Santos 2015, 153).

[Diziam] “É um país comunista, os Estados Unidos estão subsidiando a revolução contra o governo de Angola, e nós somos solidários com os Estados Unidos!” Respondi: “Não, nesse ponto eu não sou solidário. Acho que os Estados Unidos não têm o direito de fomentar a revolução em outro país. Não concordo com esse posicionamento. E tem mais: Angola é a fronteira marítima com o Brasil. Nossa fronteira oriental é toda a costa oeste da África. Então não vamos ter relações com um país fronteiro? Além disso, Angola é descendente de Portugal, fala como nós, a mesma língua! E há outro interesse: as perspectivas são de que o litoral angolano tenha petróleo, e nós poderemos obter suprimento em Angola”. Respondiam: “Mas o governo é comunista!”. E eu: “É, é subsidiado pela Rússia, mas a revolução que existe em Angola é subsidiada pelo americano. O americano está financiando uma revolução lá dentro!” A Unita, até hoje, ainda é subsidiada pelo americano em armamento, em munição, em dinheiro e tudo mais. “Que direito têm os Estados Unidos de intervir no país e lá provocar uma revolução? Não temos nada com isso, não temos nada com a Unita. *No passado sempre transacionávamos com Angola e agora temos interesse em trazer petróleo de lá.*” Foi outra discussão. Eu dizia: “Vocês têm que abrir os olhos, o mundo é outro! Vocês não podem ficar nesse círculo

estreito!” Eles engoliram a solução, mas evidentemente resmungando (Geisel apud Lima e Santos 2015, 153, grifo nosso).

No plano interno, a decisão de reconhecer a independência angolana não foi bem recebida. Após o reconhecimento, a opinião pública verificou existir presença cubana em Angola, o que causou descontentamento dada a ordem anticomunista estruturante do regime militar. Alguns veículos midiáticos como, por exemplo, o Estado de São Paulo, atribuíam o reconhecimento da independência de Angola à vontade tão somente de Ovídio de Melo, buscando, dessa forma, afastar sua legitimidade. Outros conferiam a decisão do governo de reconhecer o país africano a uma suposta informação equivocada de Ovídio segundo a qual o MPLA não teria chances de governar. Isso se somou ao silêncio do Itamaraty sobre as acusações veiculadas por mídias diversas, o que contribuiu para confusão interna em torno da decisão (Lima e Santos 2015, 233-245). Assim, o reconhecimento da independência de Angola foi pauta que trouxe a opinião pública interna à discussão de política externa, o que é incomum.

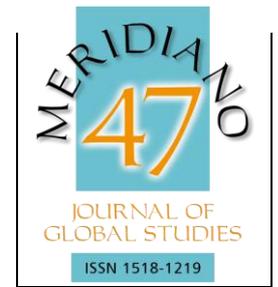
O principal interesse do Brasil em Angola era o acesso ao petróleo (Silva 2007, 97). O reconhecimento da independência, por sua vez, resultou em consequências indiretas: implicou que o Brasil se tornasse bem visto pelos países africanos, significando ampliação de seu *soft power*⁹ perante o continente. Isso se traduziu em facilidades para entrada de produtos brasileiros em mercados africanos, evidenciado no fato de que, “depois de 1975, as ex-colônias portuguesas e os países atlânticos da África negra foram os principais alvos da expansão comercial do Brasil sobre o continente africano” (Saraiva 1996, 154).

A ideologia anticomunista do governo brasileiro em relação à inclinação marxista do de Angola pode parecer incoerência em primeiro momento. Tratou-se, contudo, de flexibilização ideológica com o propósito priorizar o interesse nacional, naquele período apresentado como necessidade de buscar meios para contornar a crise internacional sobretudo os seus estresses energéticos, comportamento pragmático por excelência (Silva 2007, 97). A decisão, conforme Saraiva (1996, 145), refletia o caráter mercantil da política africanista, na medida em que “a vulnerabilidade energética foi dado capital para a compreensão do ânimo comercial que embalou as relações atlânticas” (Saraiva 1996, 145).

A natureza pragmática da decisão é observada, por exemplo, em mensagem de Azeredo da Silveira a Ítalo Zappa. Apresenta, por um lado, preferência por prevalência de grupo não marxista, mas, por outro, sugere necessidade de política equidistante em relação aos três grupos do Governo de Transição — o reconhecimento seria concedido a qualquer vencedor¹⁰ —, evidência da flexibilização ideológica que mencionamos anteriormente:

Nossa posição de estrita não intervenção nos assuntos internos de Angola — posição que manteremos — *não nos levará a qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três*

⁹ Termo cunhado pelo cientista político neoliberal Joseph Nye para se referir à “habilidade para conseguir o que se quer pela atração em vez de coerção (...). Decorre da atratividade da cultura, ideais e políticas de um país. (NYE, 2004, p. X).



Movimentos, mas não me impede tampouco de acreditar que, seja para o Brasil, seja para o universo ocidental a que pertencemos, uma eventual derrocada do MPLA no confronto com a aliança FNLA/UNITA seja uma solução melhor do que o prevailecimento puro e simples do MPLA, de notória orientação marxista (Silveira apud Pinheiro 2007, 100, grifo nosso).

Angola e Brasil tiveram aproximação comercial contínua após o reconhecimento segundo demonstramos na Tabela 1. Conforme Rizzi (2005, 38-42), a primeira missão comercial brasileira foi enviada a Angola em 1976, integrada também por representante da Petrobras. Houve compromisso de parceria entre a empresa petrolífera brasileira e a angolana, chamada Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol). A cooperação Petrobras-Sonangol possibilitou que o Brasil importasse petróleo de Angola via operação de *countertrade*, modalidade de comércio em que não há pagamento do produto importado com divisas internacionais, mas, sim, com bens ou serviços: segundo Saraiva (1996, 154), interessava ao país africano sobretudo carros e roupas brasileiros.

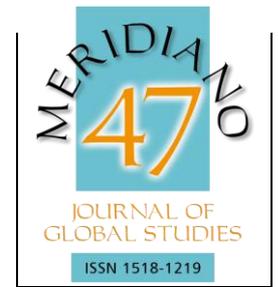
Tabela 1 - Intercâmbio comercial entre Brasil e Angola (1976-1984)

ANO	EXPORTAÇÕES
1976	6.016,00
1977	22.079,90
1978	26.184,00
1979	88.276,00
1980	118.679,00
1981	106.962,00
1982	89.558,00
1983	46.450,00
1984	89.991,00

Fonte: HUMBERTO 2002, 152.

Ademais, a gestão Geisel (1974-1979) realizou aproximação inicial entre os dois países que se prolongou no tempo. No governo Figueiredo (1979-1985), acordo de cooperação foi realizado em 1980, por meio do qual foi criada a Comissão Mista Brasil-Angola, canal bilateral para discussão de oportunidades. Em 1984, o Brasil utilizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para financiar, por meio da construtora Odebrecht, a construção da hidrelétrica de Capanda. O custo inicial foi de US\$ 650 milhões de dólares. A contrapartida exigida alinhava-se ao desejo brasileiro de contornar a crise energética; conseguiu, por meio de negociação, que o pagamento se desse em petróleo: conforme Corrêa e Castro (2016, 282) e Santana (2003, 121), os serviços de engenharia oferecidos pelo Brasil foram pagos com 10.000 barris por dia (Goes 2017, 10-11; Rizzi 2005, 42-45).

A escolha da construtora brasileira não foi acaso. Decorre do reconhecimento dado ao MPLA, o que conferiu ao Brasil a posição simbólica de primeiro país a reconhecer Angola conforme descreve



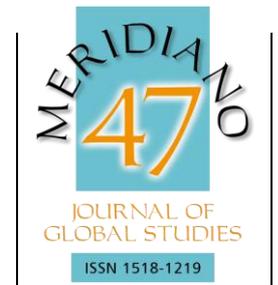
a indagação de Ricupero (2017, 520-521): “(...) alguém imagina que, se o Brasil não houvesse agido com audácia naquele instante crítico, teria sido a Odebrecht e não alguma empreiteira gigante americana, como a Bechtel, a principal construtora da infraestrutura de Angola?”.

Considerações finais

A política externa é instrumento eficaz para realizar inserção internacional autônoma, a qual, por definição, reúne duas características: não alinhamento automático e inexistência de aliado preferencial. Sinônimo de pragmatismo, a autonomia externa pressupõe reduzir a carga ideológica para, assim, buscar atender as necessidades domésticas.

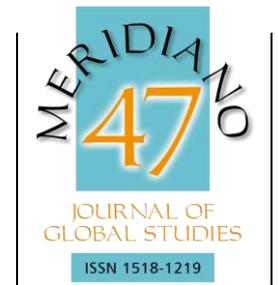
O binômio interno-externo norteia a elaboração de política externa em que variáveis sistêmicas e intervenientes são consideradas (Rose 1998), ao passo que, para ser autônoma, viabilidade nacional e permissibilidade internacional são qualidades conjunturais obrigatórias (Jaguaribe 1979). Não há projeção autônoma apenas com dirigentes hábeis: a correlação internacional também precisa ser favorável. Esse esquema conceitual é útil para analisar a política externa desenvolvida por Geisel: (1) a variável sistêmica deve ser entendida como o aumento internacional do preço do petróleo; (2) a variável interveniente como a política externa de diversificação de parcerias e revisão de relacionamentos tradicionais com o propósito de ter acesso sobretudo a petróleo. Por sua vez, o caráter autônomo pode ser considerado no marco da (3) viabilidade nacional, verificada no engajamento de atores-chaves como Geisel e Azeredo da Silveira e (4) permissibilidade internacional, caracterizada pelo período de *détente*, momento de ampliação da margem de atuação externa para países intermediários como o Brasil.

A política externa de Geisel para Angola foi símbolo de pragmatismo. O reconhecimento da independência do governo angolano marxista pelo brasileiro anticomunista rendeu ao Brasil acesso ao petróleo angolano sobretudo por meio de contrato de *countertrade* nos casos de cooperação Petrobras-Sonangol e, mais tarde, da construção da hidrelétrica de Capanda para citar dois exemplos. A relação com o país africano evidenciou que a redução da ideologia na política externa pode beneficiar o interesse nacional, pois ajuda a ampliar o seguinte: (1) a quantidade de interações comerciais, observado no fato de que Angola tornou-se polo para onde o mercado brasileiro se expandiu; (2) as possibilidades de utilizar a política externa como meio de resolver desafios domésticos, afinal o reconhecimento de Angola ajudou a mitigar os efeitos da crise energética interna e, por fim, (3) o efeito de seu *soft power*, pois oposição a certo país pode, como efeito colateral, prejudicar a percepção que aliados desse país têm sobre o opositor. Caso houvesse oposição a Angola, a maioria dos países africanos — aliados — poderia passar a perceber o Brasil como adversário da causa africana e, por sua vez, estressar relações político-econômicas com o continente bem como reduzir oportunidades comerciais.



Referências bibliográficas

- Brandão, R. V. D. M. O negócio do século: o acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha, 2008.
- Britannica, The Editors of Encyclopaedia. "Arab oil embargo". Encyclopedia Britannica, 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Arab-oil-embargo>. Acesso em: 18 abr de 2023.
- Campos, Bernardo Mageste Castelar. A aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) à crise venezuelana de 2019. *Revista Direito GV*, v. 18, 2022.
- Caraciki, Leonel. A aposta antissionista: a equação do sionismo como racismo na resolução 3379 da Assembléia Geral das Nações Unidas (1975) (tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, 2013.
- Cavalcanti, Themístocles Brandão. Problemas jurídicos dos rios internacionais. *Revista de Ciência Política*, 23(3), 25-43, 1980.
- Corrêa, André Rodrigues; Castro, Douglas de. . Transnacionalismo e paradiplomacia nas relações econômicas Brasil-Angola: o caso da construção de Capanda pela construtora Odebrecht. *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 5(9), 2016.
- Doratioto, Francisco. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.
- Ferres, Virginia Perez. A solução do conflito de Itaipu como início da cooperação política argentino-brasileira na década de 80. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 29, n. 02, 2004.
- Figueiredo, Marcus Faria; Cheibub, José Antônio Borges. A abertura política de 1973 a 1981: Quem Disse o Quê, Quando—inventário de um debate. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 14, p. 29-61, 1982.
- Fonseca Jr., Gelson. Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável. *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.
- Freixo, Adriano de. Repercussões da Revolução dos Cravos. *Tensões mundiais*, v. 5, n. 8, p. 247-264, 2009.
- Goes, Fernanda Lira. Geopolítica brasileira do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola. *Anais ENANPUR*, v. 17, n. 1, 2017.
- Granato, Leonardo. A autonomia como vetor da ação externa e da integração na América do Sul: postulações teóricas. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 78-90, 2014.
- Hermann, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). IN: GIAMBIAGI, Fabio et. al. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*: São Paulo: Elsevier, 2005.
- Humberto, Sílvio. As relações econômicas Brasil-Angola (1975-1988). *Caderno CRH*, v. 15, n. 36, 2002.
- Jaguaribe, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica. *Estudios internacionales*, v. 12, n. 46, p. 91-130, 1979.
- Jose, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- Julião, Taís Sandrim. A atuação multilateral do Brasil sob o governo de Ernesto Geisel: as dinâmicas do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *História Social*, n. 18, p. 199-218, 2010.
- Kinzo, Maria D'alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, p. 3-12, 2001.
- Lessa, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. *Revista brasileira de política internacional*, v. 41, p. 29-41, 1998a.



- Lessa, Antônio Carlos. .A vertente perturbadora da política externa durante o governo Geisel: um estudo das relações Brasil-EUA (1974-1979), 1998b.
- Lessa, Antônio Carlos. .Instabilidade e mudanças: os condicionantes históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979), 1997.
- Ligiéro, Luiz Fernando. A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?. Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- Lima, Maria Regina Soares de; Moura, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. Dados, v. 25, n. 3, p. 349-64, 1982.
- Lima, Sérgio Eduardo Moreira; Santos, Luís Cláudio Villafañe G. Quarenta anos das relações Brasil-Angola : documentos e depoimentos. Brasília : FUNAG, 2015.
- Mariano, Marcelo Passini. Autonomia e desenvolvimento na política externa brasileira. A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul [online]. São Paulo: Editora UNESP, p. 37-65, 2015.
- Mendonça, Filipe Almeida do Prado; Miyamoto, Shiguenoli. A política externa do governo Geisel (1974-1979). SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais-ESPM-POA, v. 2, n. 2, p. 11-29, 2011.
- Ministério das Relações Exteriores. O Brasil em Punta del Este: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. [s.l.], 1962.
- Nye, Joseph S. 2004. Soft power: The means to success in world politics. Public affairs.
- Oliveira, Henrique Altemani. O Conceito de Política Externa. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani. Política Externa Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2005.
- Pinheiro, Letícia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 39, p. 83-120, 2007.
- Pinheiro, Letícia; Lima, Maria Regina Soares de. Between autonomy and dependency: the place of agency in Brazilian foreign policy. Brazilian Political Science Review, v. 12, 2018.
- Pini, André Mendes. A descolonização da Namíbia: as negociações diplomáticas multilaterais e a guerra de independência. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- Ricupero, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Versal, 2017.
- Rizzi, Kamilla Raquel. Relações Brasil-Angola no Pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- Rose, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. World politics, v. 51, n. 1, p. 144-172, 1998.
- Santana, Ivo de. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, p. 113-137, 2003.
- Santos, Norma Breda dos; Uziel, Eduardo. Forty years of the United Nations general assembly resolution 3379 (XXX) on zionism and racism: the brazilian vote as an instance of United States-Brazil relations. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 58, p. 80-97, 2015.
- Saraiva, José Flavio Sombra (Ed.). História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. Editora Saraiva, 2008.
- Saraiva, José Flavio Sombra .O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- Secco, Lincoln. A Revolução dos Cravos: a dinâmica militar. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 47, 2013.



- Silva, Márcia Maro da. A independência de Angola. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- Spektor, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, p. 117-145, 2002.
- _____. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, p. 191-222.
- Törnudd, Klaus. 2005. Finnish neutrality policy during the Cold War. *The SAIS Review of International Affairs*, v. 25, n. 2, p. 43-52, 2004.
- Vargas, FGV Fundação Getúlio. Atlas Histórico do Brasil. Barão do Rio Branco, 2016.
- Vizentini, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- _____. Política Exterior e Desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. *Revista brasileira de história*, v. 14, n. 27, p. 99-111, 1994.
- _____. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.
- Waltz, Kenneth. *Theory of International Politics*. 1. ed. Reading: Addison-Wesley, 1979.



Copyright: This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which allows unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.